



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta

6ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0295814-5

COMARCA: 1ª VARA CÍVEL DE GRAVATÁ

APELANTE: GRAVATÁ NET LTDA

APELADO: GERALDINO SANTIAGO SINÔ

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO – PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA REJEITADA À UNANIMIDADE – PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO REJEITADA À UNANIMIDADE - MÉRITO – INSTALAÇÃO DE CAIXA DE TRANSMISSÃO DE SINAL SEM AUTORIZAÇÃO DOS OCUPANTES DO IMÓVEL – DANOS PATRIMONIAIS EVIDENCIADOS – APELO PARCIALMENTE PROVIDO - DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos da APELAÇÃO CÍVEL Nº 0295814-5, em que figuram como parte Apelante GRAVATÁ NET LTDA e como parte Apelada GERALDINO SANTIAGO SINÔ, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco acordam o seguinte: *“Por unanimidade, rejeitou-se a preliminar de ilegitimidade ativa. Por unanimidade, rejeitou-se a prejudicial de prescrição. Mérito: por unanimidade, deu-se provimento parcial à apelação, nos termos dos votos da Turma”*. Tudo de acordo com o relatório, os votos, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 03 de outubro de 2013.


Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

APELAÇÃO CÍVEL Nº0295814-5

APELANTE: GRAVATÁ NET LTDA

ADV: MARIA EDVÂNIA DE OLIVEIRA PIRES PE017135

APELADO: GERALDINO SANTIAGO SINÔ

ADV: GERALDINO SANTIAGO SINÔ PE012422

ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

RELATÓRIO

Ação: Cuida-se de Ação de Indenização.

Sentença recorrida: A sentença de fls. 77/79 julgou procedente a pretensão embutida na atriál, e pois, condenou a GRAVATÁ NET LTDA ME a indenizar os danos materiais impingidos ao autor GERALDINO SANTIAGO SINÔ, com suporte nos artigos 5º, incisos V e X, da Constituição Federal e artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Levando-se em consideração a extensão do dano, bem assim a eficácia pedagógica da condenação, arbitrou o quantum *debeatur* em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a ser corrigido monetariamente desde a data do fato, acrescido de juros moratórios de 1,0% a.m. (um por cento ao mês), estes a partir da citação, sem capitalização mensal. Condenou ainda a vencida no ônus sucumbencial, fixando a verba honorária em 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor total da condenação, bem como nas custas processuais.

Objeto: Apelo pugnando pela reforma total da sentença hostilizada e, alternativamente, pela redução do quantum fixado a título de dano material (fls. 82/97).

Razões recursais: Preliminarmente, ventila a ilegitimidade ativa do apelado, haja vista a inexistência de prova de propriedade/posse do imóvel. De forma prejudicial, ventila a prescrição da pretensão do autor/apelante, nos termos do art. 206, §3º, V, do CC.. No mérito, afirma inexistirem provas acerca dos danos e avarias no imóvel em questão. De forma alternativa, requer a redução do quantum indenizatório, devendo ser observado o caráter de reparação a títulos dos danos materiais.

Contra-razões: Às fls. 103/105, pugnando pelo desprovimento da apelação.

É o que importa relatar.

À Doute revisão.

Recife, 15 de 02 de 2013.

Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



**Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta**

APELAÇÃO CÍVEL Nº0295814-5

APELANTE: GRAVATÁ NET LTDA

ADV: MARIA EDVÂNIA DE OLIVEIRA PIRES PE017135

APELADO: GERALDINO SANTIAGO SINÔ

ADV: GERALDINO SANTIAGO SINÔ PE012422

ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

VOTO RELATOR

PRELIMINAR: ILEGITIMIDADE ATIVA

Com relação à preliminar de ilegitimidade ativa ventilada pela parte apelante, entendo que apesar de a parte autora/apelada não ter juntado aos autos o registro do imóvel, extraído das provas produzidas, especialmente dos depoimentos testemunhais, que no prédio em questão funciona o escritório de advocacia do apelado, juntamente com outros empreendimentos. Caberia à parte apelante afastar a alegada posse/propriedade do apelado, o que verifico não ter ocorrido.

Logo, rejeito a presente preliminar.

PREJUDICIAL: PRESCRIÇÃO

Acerca da alegada prescrição da pretensão da parte autora/apelada, entendo que a mesma não se verifica. Explico.

Segundo a regra do art. 189, do Código Civil, violado o direito, nasce para o seu titular uma pretensão, que se extinguirá pela consumação da prescrição. Em outras palavras, ocorrendo violação de um direito, que cause dano ao seu titular, faz surgir para este o poder de exigir do violador uma ação ou omissão, que permita a composição do dano; entretanto este poder (pretensão) deve ser manifestado dentro de um lapso temporal, sob pena de extinção da pretensão.

Sobre esse instituto prescrição ensina Câmara Leal que o prazo prescricional apenas se inicia com a ciência da violação do direito (*Da prescrição e da decadência: teoria geral do direito civil, 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1959, p. 37*).

gustavo



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta

Assim, tem-se que para o início do cômputo do prazo de prescrição **faz-se necessária o evidente conhecimento pelo ofendido da violação de seu direito**, pois somente a partir desse momento é que seu titular poderia exercer a pretensão através do ajuizamento da ação. Ora, em respeito ao princípio da "actio nata", não seria possível exigir-lhe conduta diversa, sob o argumento de sua negligência (inércia), quando o ofendido sequer tinha ciência do fato violador, ainda que este já tivesse ocorrido.

MÉRITO:

Observo que a presente ação indenizatória tem por nascedouro a instalação de caixa de transmissão de sinal e sua fiação sem a devida autorização dos ocupantes do imóvel, sendo um deles o autor/apelado, que possui escritório de advocacia instalado no referido imóvel.

Da atenta análise dos depoimentos pessoais produzidos em audiência, da mesma maneira que o juízo de piso, entendo que a parte apelante confessou a instalação do aparelho sem qualquer autorização, devendo, consequentemente, responder pelo ato ilícito:

"...o depoimento pessoal do André Luiz Faustino do Nascimento (sócio da empresa ré), fls. 55, o qual inicialmente falou "que no São João de 2003 foi colocada uma caixa plástica de mais ou menos 20 cm no telhado do imóvel objeto da presente ação;" e logo adiante diz que "a caixa de plástico foi colocada no parapeito em frente a casa e não no meio do telhado;" ou seja, se contradisse, tendo ainda confessado que após o término da festa a caixa permaneceu no imóvel por esquecimento, sendo retirada depois que o requerente esteve na Gravatá Net.

A testemunha José Luiz da Rocha, disse ser funcionário da empresa ré, tendo colocado a caixa de plástico que pesa mais ou menos uns 300 ou 500 gramas, em cima do escritório do autor, não tendo pedido autorização porque a casa vivia fechada e que a caixa foi retirada após a reclamação do autor.

As testemunhas Ulisses Ferrelira Fernandes e a Braz Ângelo da Silva Filho corroboram nos seus depoimentos quanto à



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta

afirmação de ter sido a caixa colocada no telhado do imóvel em apreço, pela empresa ré, o que ocasionou danos nas telhas e estragou o gesso."

Assim, uma vez evidenciado o ilícito, a parte violadora deverá responder pelas suas consequências, devendo ressarcir à parte autora/apelada os gastos necessários à reparação do telhado do imóvel, valor este a ser apurado através de liquidação de sentença.

Ante o exposto, **VOTO NO SENTIDO DE DAR PARCIAL PROVIMENTO À APELAÇÃO**, apenas para determinar que o quantum indenizatório referente aos danos patrimoniais sejam apurados em momento oportuno, mantendo-se, no mais, a sentença pelos seus próprios termos e fundamentos.

É COMO VOTO.

- Recife, 01/10/2013.
[Assinatura]

[Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0295814-5

APELANTE: GRAVATÁ NET LTDA

APELADO: GERALDINO SANTIAGO SINÔ

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

REV. SUBSTITUTA: JUÍZA MARIA AURI ALEXANDRE RIBEIRO

VOTO-REVISÃO

Ative-me atentamente ao voto proferido pelo Nobre Relator e, quando do envio dos presentes autos à minha revisão, fiz pontuais apontamentos sobre a matéria.

E em face do esgotamento do assunto em seu voto e da fundamentação expendida, acompanho o Relator, sem mais considerações a serem feitas.

É COMO VOTO.

Recife, 16 de outubro de 2013


Juíza Maria Auri Alexandre Ribeiro
Revisora substituta